



Dia a Dia

Rafael Motta e equipe

e-mail: diaadia@atribuna.com.br

Secretário de Saúde critica eleição de Lula; médico rebate

Logo que se confirmou a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à Presidência, uma postagem repercutiu localmente na rede social Instagram. Nela, o secretário de Saúde de Santos, Adriano Catapreta, publicou uma imagem na qual se dizia “em luto pelo meu País” e na qual a bandeira nacional, em preto e branco, continha os dizeres “corruptos e impunes” abaixo de uma estrela vermelha no círculo central do pavilhão. “O gigante (Brasil) foi morto por seu próprio povo! O povo brasileiro mostrou ao mundo que apoia a corrupção e a criminalidade...”, constava na ilustração compartilhada por Catapreta. Nem todos concordaram. O colega de profissão Evaldo Stanislau, infectologista, escreveu, aludindo ao atual Governo Federal: “Luto? Luto pelos mortos pela negligência e pelo negacionismo! Você é secretário de Saúde de um município importante e muito afetado pela covid. (...) E fico feliz de estar ao lado de todas as lideranças” que “viram na eleição de Lula uma vitória da vida e da democracia”.

Chapa única

Hoje, a partir das 16 horas, a Câmara de Santos confirmará a composição da Mesa Diretora nos próximos dois anos. À frente dela, Carlos Teixeira Filho, o Cacá Teixeira (PSDB).

Seriam duas

Dezoito dos 21 vereadores são da base governista, rigorosamente dividida até quarta-feira passada. Foi quando o grupo que formava outra chapa, com Ademir Pestana (PSDB) à frente, desistiu do plano.

Para conversar

Segundo um membro do grupo que estava com Pestana, o Governo enviou representantes para falar com vereadores e expor a suposta preferência do Executivo por Teixeira.

Objetivo

Essa mesma fonte classificou a breve exoneração de Marcos Libório – vereador do PSB que exerce a Secretaria de Meio Ambiente – como uma “forçada de barra” para que o suplente em exercício do partido, Edivaldo Fernandes Menezes, o Chita, desistisse de apoiar Pestana.

Em um dia

A portaria com a saída de Libório da secretaria, a pedido dele, foi publicada na quarta. Na mesma tarde, a três minutos do prazo final para registro de candidaturas à Mesa, apresentou-se a chapa única. Na quinta, saiu a anulação da portaria.

Conselheiros

A Câmara também vota projetos hoje. Um deles é da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Idoso. A ideia é incluir um requisito para se candidatar a conselheiro tutelar: avaliação psicológica pela Prefeitura. Para a comissão, é necessário para atender e garantir direitos a crianças, adolescentes e suas famílias.



Prefeito quer novo governo em debate

Para Rogério Santos (PSDB), desestatização da Santos Port Authority (SPA) deve ter participação da equipe do presidente eleito Lula (PT)

ANDERSON FIRMINO
DA REDAÇÃO

O prefeito santista Rogério Santos (PSDB) acredita que o processo de desestatização da Santos Port Authority (SPA), cujo leilão está previsto para dezembro, deve ter a partir de agora a participação de representantes da equipe do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no debate. Segundo o chefe do Executivo municipal, é importante que tudo seja alinhado com o novo comando do Governo Federal.

Além disso, ele pede maior participação dos municípios da Baixada Santista, com o Conselho de Autoridade Portuária (CAP) voltando a possuir um papel deliberativo e não apenas consultivo - nem que, para isso, a discussão sobre a desestatização da gestora do Porto de Santos recue algumas casas.

“Se há uma mudança de governo, é importante que isso seja alinhado com as propostas da nova equipe que virá. É um assunto extremamente estratégico para o Brasil e não creio que seja o momento, agora, no governo de transição, que isso seja feito de maneira até irresponsável. É preciso rever esse processo, com a participação dos municípios desde o começo, coisa que não aconteceu”, afirmou Rogério, em entrevista para A Tribuna.

Ele esteve em Brasília, ontem, onde participou do evento Diálogo Público da Desestatização do Porto de Santos, promovido pelo Tribunal de Contas da União

(TCU). Participaram do debate representantes do Ministério da Infraestrutura (MInfra), Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), SPA, entidades de empresas de navegação marítima e associações de terminais portuários, entre outros.

REATIVO

Rogério alega que, em três anos de discussão em torno da desestatização do Porto de Santos, só participou de cerca de dez meses, sendo a primeira intervenção no dia 23 de dezembro do ano passado. “Por sinal, não foi para contribuições, mas de forma reativa ao que havia de errado. Não participamos da construção, então, na minha opinião, tem que ser melhor amadurecido, até porque estamos num momento de transição de governo”.

Outra queixa do prefeito de Santos recai sobre a não inclusão do túnel entre as Zonas Leste e Noroeste no escopo do projeto de desestatização. “Também falei sobre a questão do novo Terminal de Passageiros, no Valongo. É improvável pensar numa desestatização sem que o recurso também seja garantido para o novo terminal”, afirma.

O prefeito diz que o presidente do TCU, ministro Bruno Dantas, foi “bastante proativo” quanto às demandas. “Ele deu bastante importância às reivindicações da Prefeitura, principalmente quanto ao CAP, no sentido da governança, e nos investimentos que devem ser feitos”.

Dantas, em sua fala ao fi-



FABRÍCIO COSTA - 26/10/22

De acordo com a União, a desestatização da gestão do Porto de Santos tem projeção de investimentos de R\$ 18,5 bilhões nas próximas décadas

nal do evento, comentou que a participação de Rogério foi muito válida. “O TCU tem procurado se abrir ao máximo para participação, dando resposta às demandas que nos chegam, como o caso do prefeito de Santos, com uma ponderação legítima, absolutamente natural. Que bom que os diversos atores desse processo enxergam no TCU um interlocutor qualificado, capaz de ajudar no aprimoramento dos projetos”.

Dantas, que é relator do processo de desestatização do Porto na Corte de Contas, reforçou que o prazo para apreciação dos documentos alusivos ao processo se encerra no próximo domingo, mas pode ser ampliado. “Há algumas questões que ainda se encontram pendentes e podem atrasar um pouco esse calendário. Espero que o Governo se empenhe para que as pendências sejam sanadas o mais breve possível”.



REPRODUÇÃO

Ontem, TCU reuniu em Brasília autoridades de diversos órgãos públicos para discussões sobre a concessão

SINDAPORT Sindicato dos Trabalhadores Administrativos em Capatazia nos Terminais Privativos e Retroportuários e na Administração em Geral dos Serviços Portuários do Estado de São Paulo
Fundado em 14 de maio de 1933
Rua Júlio Conceição, 91 - Vila Mirantes - Santos/SP - Telefone: (13) 4009-0300 - www.sindaport.com.br

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

Pelo presente edital ficam convocados todos os trabalhadores portuários avulsos **ENCARREGADOS DE TURMA DE CAPATAZIA**, inscritos no OGMO, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, que será realizada na sede do **SINDAPORT**, situada na Rua Júlio Conceição nº 91, em Santos/SP, no próximo dia **04/11/2022**, sexta-feira, às 08h00, em primeira convocação, com maioria absoluta de associados, ou às 09h00, em segunda convocação, com qualquer número de presentes, a fim de deliberarem sobre a seguinte:

ORDEM DO DIA

Item único: Tomar conhecimento, discutir e deliberar sobre proposta de acordo na

COLABOROU SANDRO THADEU



Prefeitos têm pedidos para os eleitos

Objetivo: direcionar investimentos

SANDROTHADEU
DA REDAÇÃO

Os prefeitos da Baixada Santista pretendem manter um diálogo constante e relações republicanas com o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, e com o futuro governador, Tarcísio Gomes de Freitas, para assegurar investimentos e projetos estratégicos em saúde, educação, habitação e mobilidade urbana.

A chefe do Executivo de Praia Grande, Raquel Chini (PSDB), explicou que já entregou a Freitas uma lista de reivindicações, como a duplicação do Viaduto da Curva do S, a extensão do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) ao terminal rodoviário Tude Bastos e a construção de passagens de nível sob a Rodovia Padre Manuel da Nóbrega.

“Também protocolei o pedido para a construção de um novo hospital regional. Já temos uma área à dispo-

sição para essa finalidade, próxima à Prefeitura. No âmbito federal, precisamos de mais recursos para ampliar o número de leitos e serviços do Hospital Irmã Dulce”, afirmou ela, que preside o Conselho de Desenvolvimento da Baixada Santista (Condesb).

O prefeito Rogério Santos (PSDB) disse que a relação com o Estado e a União será boa. “Espero do Governo Federal as reformas necessárias. Precisamos de uma gestão menos Brasília e mais Brasil, defender o municipalismo. A distribuição dos impostos arrecadados precisa ser melhor.”

Conforme o tucano, São Paulo tem caixa equilibrado e com capacidade de R\$ 60 bilhões para investimentos. Por isso, acredita na capacidade de Freitas como gestor público.

Santos tem projetos que aguardam financiamento, como instalação de esta-

EM CAIXA
60
bilhões
de reais para investimentos:
é quanto o Estado tem em caixa,
afirma o prefeito de Santos

ções elevatórias na Zona Noroeste, obras de contenção dos morros, ligação seca Santos-Guarujá, novas moradias e o túnel entre as zonas Leste e Noroeste.

Kayo Amado (Pode), de São Vicente, pretende buscar relacionamento direto com Lula e Freitas. Uma das principais reivindicações é levar o VLT à Área Continental, compromisso já assumido pelo futuro governador, segundo o prefeito. Ele também quer verba

para mais moradias.

Outro projeto que ele pretende apresentar às novas autoridades é o dos 500 anos de São Vicente, em 2032, para conseguir investimentos em infraestrutura turística e urbana, a fim de movimentar a economia e gerar mais empregos.

“Seguiremos sempre buscando o diálogo estreito e transparente com as esferas estadual e federal, para garantir a continuidade dos investimentos já firmados e novos avanços para Bertioga”, destacou o chefe do Executivo, Caio Mathews (PSDB).

Os principais pleitos dele à Cidade são os seguintes: aumento do efetivo das polícias, transformação do Município como referência na região para internação e cirurgias de alta e média complexidades, duplicação da Rodovia Rio-Santos e construção de passarelas inferiores ao longo dessa via.

■ Para o prefeito Luiz Maurício (PSDB), de Peruíbe, com o fim das eleições, é hora de unidade. O tucano acredita ser importante direcionar investimentos aos aeroportos de Guarujá e de Itanhaém, à duplicação da Rodovia Padre Manuel da Nóbrega e à criação do BRT (trânsito rápido por ônibus, em português) entre Praia Grande e Peruíbe.

O prefeito de Mongaguá, Márcio Melo Gomes, o Márcio Cabeça (Republicanos), diz confiar na forma como Tarcísio Gomes de Freitas governará o Estado e solicitou ao Município a instalação de uma Faculdade de Tecnologia (Fatec), construção de passagens de nível na Padre Manuel da Nóbrega para ligar praia e morro e a transformação do hospital municipal em um braço do Hospital Regional de Itanhaém.

Tiago Cervantes (PSDB), de Itanhaém, garante que manterá um diálogo capaz

de fortalecer as parcerias para a Cidade. Ele defende efetivação do aeroporto local para gerar mais emprego e renda.

O tucano também pede recursos para mais moradias populares, macrodrenagem e viabilizar mais ações sociais, como cursos de qualificação e empreendedorismo.

Cervantes quer a instalação de uma Fatec, uma unidade do Ambulatório Médico de Especialidades (AME), mais vagas de UTI adulto e pediatria e de enfermaria no Hospital Regional.

Ademário Oliveira (PSDB), de Cubatão, acredita que Tarcísio Gomes de Freitas dará sequência a parceria com o Município, principalmente nos projetos de macro e microdrenagem que estão em andamento, além dos projetos habitacionais e instalação definitiva do AME na Cidade. (ST)



JUÍZA. A magistrada detectou suposta fraude processual que exigia o despejo. Moradores ficam no imóvel por tempo Indeterminado

Justiça anula penhora do Anchieta

» Um presente de Natal antecipado para as 72 famílias, incluindo 100 crianças, que ocupam antiga Casa de Saúde Anchieta, localizada na Rua São Paulo, na Vila Belmiro. A juíza Renata Simões Loureiro Ferreira, da 1ª Vara do Trabalho de Santos, decidiu anular a penhora do imóvel do processo trabalhista envolvendo a antiga proprietária e os empresários que adquiriram o prédio por suposta fraude processual. A decisão cabe recurso.

Os moradores ficam no imóvel por tempo indeterminado. Para tirá-los, terá que ser iniciada uma nova ação judicial. "Usaram a Justiça do Trabalho para dar legalidade à aquisição do bem", afirmam as advogadas que representam os moradores, Fabiana Prado e Gabriela Ortega.

A magistrada expediu ofícios ao Ministério Público Federal para apuração de supostas irregularidades; ao juízo da 6ª Vara Cível de Santos por conta da ação de usucapião proposta pelas famílias; da 7ª Vara Federal e à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para avaliar se houve infração ética por parte dos advogados.

OUTRA DECISÃO.

Em junho deste ano, o juiz da 10ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP), Coelho Mendes, já havia concedido liminarmente (provisoriamente) a permanência das famílias, por acreditar que os moradores apresentaram requisitos necessários à usucapião, uma vez que ocupam a área em questão pelo menos duas décadas, portanto, possuiriam o direito de serem mantidos na posse do imóvel, com o que inclusive concordou o Ministério Público do Estado de São Paulo (MP-SP).

Segundo já publicado, o magistrado entendeu que a compra do imóvel por iniciativa particular, realizada perante a Justiça do Trabalho, foi com a total ciência dos empresários que arremataram o imóvel sobre a antiga ocupação, assim como da existência da ação de usucapião em curso. Portanto, assumiram o risco de a arrematação não atingir sua finalidade.

Vale lembrar que há um projeto prevê a construção de um prédio popular de sete an-



Famílias fizeram várias manifestações em frente ao Fórum e saíram em passeata por moradia

dares, oferecido por arquitetos aos integrantes do Núcleo Campanha Zero Baixada Sanitista, que prevê uso de apenas

16,7% do lote, sendo possível habitação para 72 famílias, ficando preservado o direito à propriedade e o direito social

à moradia.

LUTA.

Desde o meio deste ano,

os moradores do Anchieta, apoiados pelo Núcleo da Campanha, vem intensificando a luta para manterem-se no imóvel. Duas marchas foram realizadas, seguidas de reuniões na Prefeitura de Santos, que chegou a oferecer apoio às famílias.

Os moradores chegaram a buscar também apoio na Câmara de Vereadores, onde conseguiram a solidariedade de Telma de Souza (PT), Débora Carnilo (PSOL) e Benedito Furtado (PSB), que chegaram a se pronunciar na Casa. Dirigentes sindicais e representantes dos movimentos sociais de Santos também participaram da luta.

Um dos momentos de grande emoção, durante o tempo que os manifestantes ficaram em frente ao Fórum Trabalhista, numa das manifestações, foi quando Rogério Vieira Ramos, pai de quatro das 100 crianças que moram no Anchieta, se manifestou. Abraçado a duas delas, Ramos disse à Reportagem do Diário que seu salário é de R\$ 1,4 mil mensais e que não teria condições de pagar aluguel. (Carlos Rattón)





